



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 99 - 2ª QUINZENA DE OUTUBRO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

Os pelegos dos sindicatos estão conchavando com o governo para cortar os encargos sociais e instituir o trabalho temporário. Isso vai aumentar a exploração e manter o desemprego.

A vendida Força Sindical ganhou o apoio da CUT para enganar os trabalhadores com sua falsa campanha contra o desemprego junto com os patrões, que estão demitindo milhares.

**Fora com a política de conciliação de classes da burocracia sindical vendida ao capitalismo!
Lutemos de verdade contra o desemprego,
com uma campanha nacional de luta
contra o governo e os patrões!**

Abaixo o plano de fome e as reformas antinacionais e antipopulares de FHC!

**Viva os 78 anos
da Revolução Russa
de 1917!**

O POR estará realizando palestras e debates sobre a primeira revolução operária vitoriosa. Veja com o distribuidor deste jornal as datas e locais.

A crise no governo FHC

A renúcia do presidente do BNDE, Edmar Bacha, é apenas mais um episódio da crise política do governo FHC. Nas situações instáveis, é comum a saída ou entrada de homens no governo burguês. O importante é saber a extensão dos conflitos internos, provocados pela política econômica.

Até o presente, Fernando H. Cardoso têm conseguido administrar o Plano Real às custas do arrocho e desemprego massivo. Às custas também de um acúmulo dos fatores de crise, como a entrada gigantesca de capital especulativo externo, da sustentação de uma artificial reserva cambial, crescimento fantástico da dívida interna e externa, do confisco de verbas para saúde, educação e outros fins sociais através do famoso Fundo Social de Emergência, que os parlamentares relutam em prolongá-lo por mais dois anos.

As altas taxas de juros, a especulação desenfreada do capital financeiro, a intervenção constante do tesouro no mercado do dólar e o congelamento dos salários por 12 meses são os segredos da inflação baixa e da sustentação da moeda Real supervalorizada. Todo esse edifício tende a ruir de uma ora para outra.

Edmar Bacha é um dos arquitetos do Plano Real, uma versão adaptada ao Brasil das fórmulas do FMI. O impasse no governo está justamente em

como manter o gerenciamento de tal alquimia.

Os tecnocratas da economia, com apoio de alguns setores da burguesia e motivados pelo imperialismo, concebem Planos completos, que vão desde a criação forçada de uma nova moeda forte até as várias "reformas" (da ordem econômica, fiscal e administrativa, incluindo diretrizes privatizantes como para educação). As crises começam a se ampliar quando tal "engenharia" se mostra sem alicerces e começa a ferir os interesses mais diversos da própria burguesia.

Edmar Bacha se afinava com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, mas estava sob o comando do Planejamento de José Serra. O primeiro representa o entreguismo descarado, como exigem os credores internacionais. O segundo pretende um entreguismo disciplinado, administrado, como se ainda resguardasse algum interesse nacional, provavelmente vinculado a uma fração do capital interno, principalmente do empresariado paulista.

Recentemente, Pedro Malan regulamentou o direito dos credores internacionais aplicarem os títulos da dívida externa na privatização pelo seu valor integral, ou seja, sem o deságio referente à própria desvalorização no mercado mundial de títulos. Medida essa tomada sem nenhuma consulta a José Serra.

Imediatamente, uma diretora do BNDE, subordinada a Bacha, mas ligada a Serra, declarou não aceitar tal decisão na privatização de estatais importantes. Assim, veio à tona a divergência quanto ao ritmo das privatizações e às condições para a participação do capital estrangeiro. E também sobre a finalidade da desestatização.

A Fazenda quer que as privatizações se convertam em pagamento da dívida interna e externa, utilizando-se os títulos, que para isso seriam sobrevalorizados. Trata-se simplesmente de entregar as estatais aos credores. Segundo Malan, as

privatizações estão lentas porque o deságio de cerca de 25% nos títulos da dívida externa impede que os credores participem da negociação.

O Planejamento quer privatizar, mas sem se comprometer com ofertas tão escandalosas de liquidação das estatais.

Ocorre que, segundo os pais do Plano Real, sem uma urgente entrega a situação torna-se insustentável, principalmente diante da dificuldade de impor a reforma fiscal, que confisca parte das arrecadações de estados e municípios.

O governo tem pago em dia os monumentais juros da dívida interna e externa, ampliando o déficit público e o próprio endividamento. Nos cálculos dos alquimistas neoliberais, sem a implementação de conjunto das várias reformas, o Plano Real vai para o fundo do poço.

Os setores do capital e os políticos ligados a Serra não só têm interesse de que a procissão vá em marcha lenta, porque se sentem afetados com o crescimento do capital forâneo, mas também porque sabem que a crise não será resolvida.

Está aí o exemplo da Argentina para provar. O Plano Cavallo fez tudo que o FMI mandou. O país foi jogado no precipício. Sua dívida aumentou, contraiu um braba recessão, sucateou a indústria nacional, o sistema bancário está em colapso, faliram os estados e o desemprego chega a quase 20%. E as estatais estão nas mãos do grande capital estrangeiro.

A divisão na equipe econômica se dá em torno dessa perspectiva. Jogará o país no precipício mais rápido ou mais devagar? A sorte de FHC é que conta com os reformistas do PT e com a burocracia sindical, que bloqueiam o movimento operário alcançar a compreensão da luta antiimperialista e anticapitalista. Caso contrário, o governo tão senhor de si já teria se espatifado.

O setor mais avançado do proletariado deve aproveitar a divisão interburguesa para se mobilizar contra o Plano de fome e desemprego. Trata-se de organizar a Frente Revolucionária Antiimperialista para derrotar o governo entreguista.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Nacional



Governadores do PT e Genoíno apóiam demissão de funcionários

A reforma administrativa de Bresser Pereira essencialmente objetiva quebrar a estabilidade do funcionalismo público para se demitir em massa. Os próprios partidos burgueses estão divididos e dificultam a aprovação de tal projeto. O relatório negativo de Prisco Viana reflete bem a resistência encontrada pelo governo federal na Câmara dos deputados. Entretanto, Bresser Pereira contou com o apoio de parte do PT.

Os governadores Cristóvam Buarque (DF) e Vitor Buaiz (Espírito Santo) defendem abertamente que o PT vote a quebra da estabilidade. José Genoíno, em nome da modernidade capitalista, fez uma defesa do Plano Bresser contra o parecer de Prisco Viana, que deixou os defensores do governo entusiasmados.

Diz Genoíno que acatará a decisão majoritária do PT de votar contra, mas que assegura seu direito de defender seu pensamento favorável. Vitor Buaiz alega que necessita do Plano Bresser para poder fazer uma reforma em seu estado.

O governador petista do Espírito Santo tem atrasado o pagamento do funcionalismo público e enfrentado por essa razão greves. Seu desejo era adotar a mesma medida de outros governadores que oferecem a denominada "demissão voluntária". Mas não pode fazê-lo porque o estado tem acumulado um déficit de 264,6 milhões de reais.

Como se vê, a intenção de Buaiz é demitir em massa, evitando o máximo de dispêndio com indenizações. A falência do Espírito Santo, como da maioria dos estados brasileiros, é obra da decadência do capitalismo, que inclui a corrupção, os desperdícios, a utilização política do dinheiro público e o parasitismo da burguesia, que saqueia o seu próprio Estado. Não há região do país em que os governadores, testa de ferro de grupos econômicos, não tenham feito rombos nos cofres públicos. Os escândalos são conhecidos de todos, inclusive os do Espírito Santo. Entretanto, os governadores e o governo federal responsabilizam os funcionários públicos. Dizem que é para acabar com os marajás. Lembramos que esta foi a bandeira demagógica do corrupto Fernando Collor.

A maioria do funcionalismo vive na penúria, com salários de um a três mínimos. Os cargos com altos salários são privilégios criados pelos próprios governadores e partidos burgueses. Os denominados marajás são base de apoio da burocracia reacionária do Estado. Por isso, não serão nem levemente tocados.

Vemos que os governadores do PT cumprem rigorosamente uma lei da política de classe. Os reformistas, uma vez no poder, estão obrigados a salvar o Estado falido às custas de atraso de salários, arrocho e demissão em massa.

A divisão no PT entre os favoráveis e os contra ao Plano Bresser é apenas de conveniência conjuntural. No principal, estão todos unidos. Isto é, a política estratégica do PT de sustentar o capitalismo putrefato, fazendo alguns remendos, obriga-o a escorar o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Coloca-o em situação de conviência com a reação contra as massas, como no caso da chacina de Corumbiara (RO). Justamente porque o capitalismo decadente é irreformável é que o PT vai sendo empurrado para posições antinacionais (pró-imperialistas) e antipopulares. Os militantes de base e os trabalhadores devem rechaçar a política do reformismo, seja na variante direitista (José Genoíno, Buaiz etc) seja esquerdista (Maria Laura etc). Temos de denunciar implacavelmente o PT que se curva diante da ofensiva de fome e desemprego do governo FHC.

Nossa tarefa é de defender a mobilização nacional pela derrubada integral do Plano pró-imperialista e se colocar pela construção do Partido Operário Revolucionário.

Qual é a responsabilidade do PSTU?

Nas eleições de 94, o PSTU integrou a Frente Brasil Popular em torno da candidatura de Lula e chamou o voto até mesmo no segundo turno para os candidatos a governos estaduais do PT. Dessa forma, o PSTU ajudou com sua campanha e com o voto de seus militantes a eleger Cristóvam Buarque e Vitor Buaiz.

A T.POR defendeu o voto nulo programático contra os partidos burgueses e contra o reformismo petista. Denunciou que a Frente Popular é uma coligação eleitoreira em torno de posições pró-capitalistas. Alertou as esquerdas e os trabalhadores que o voto na Frente Popular significava fortalecer uma variante da política burguesa de sustentação do capitalismo apodrecido.

As esquerdas que estão dentro do PT, a exemplo de O Trabalho, Democracia Socialista e Força Socialista, também estão mais do que comprometidas com os governadores do PT, que hoje trabalham a favor do Plano Fernando Henrique Cardoso e se posicionam francamente a favor da demissão em massa do funcionalismo. Maria Laura, do O Trabalho, corrente revisionista do trotsquismo, é vice-de Cristóvam Buarque, por isso faz parte de um governo pró-reforma neoliberal.

Nossa análise e previsão de que o PT iria assumir cada

vez mais posições reacionárias se confirmam plenamente. O voto nulo programático se mostrou correto e necessário para preservar a independência de classe do proletariado e demais explorados. Por isso, hoje, podemos com segurança denunciar a responsabilidade do PSTU, CO, O Trabalho, DS, FS etc por terem se colocado a reboque da Frente Popular e serem coniventes com a eleição dos governadores petistas, defensores da quebra da estabilidade do funcionalismo.

Essas correntes se reivindicam do marxismo, porém são incapazes de se contrapor ao reformismo. Não podem combatê-lo frontalmente. A razão está em que não têm um programa da revolução proletária. Por isso, não podem assumir plenamente os métodos de luta próprios do proletariado. Acabam por serem correntes de esquerda democrática, adaptadas ao eleitoralismo, ao sindicalismo burocrático e às festividades.

Nacional



O PT diante da reforma agrária de FHC

Lula aconselhou o presidente do PT, José Dirceu, a acatar o aceno de Fernando Henrique Cardoso para um encontro sobre o problema das ocupações de terra. O caudilho do PT está de acordo com a proposta de trégua nas ocupações lançada pelo governo federal. Apenas considera que o governo deveria ser concreto, antes de falar em pacto. Se depender da vontade de Lula, o PT apoiará as iniciativas de FHC em relação à política de assentamentos, desde que exista uma ação conjunta.

Fruto dessa posição, José Dirceu compareceu para o

encontro no Planalto, porém tudo ficou muito sigiloso, como demonstra o silêncio da imprensa burguesa e do próprio PT.

O MST não pôde admitir abertamente a trégua. Realizou várias ocupações no Pontal do Paranapanema (SP). Tudo indica que se trata de uma tática para negociação no quadro da trégua e da estratégia de assentamento do novo presidente do INCRA, Francisco Graziano, muito chegado ao PT.

Segundo a imprensa, haverá uma "trégua disfarçada". O dirigente do MST, Gilmar Mauro, explicou que ocorrerá uma mudança na tática das ocupações. Ou seja, antes de ocupar, procurará chamar atenção das autoridades para o problema do sem-terra, através de caminhadas e pressões sobre os prefeitos. Logo saberemos se

se trata apenas de uma manobra do MST frente à ofensiva conciliadora do governo ou de fato uma atitude de submissão.

Em nossa opinião, não há dúvida de que a cúpula do PT e da Igreja pressionará violentamente o MST para se enquadrar na linha de assentamentos e de pacto, a ser desenvolvida por Graziano. Esse caminho significa um golpe na luta camponesa pela terra.

Não há como enfrentar os latifundiários e solucionar o problema de milhões de camponeses pobres sem se ampliar as ocupações e estabelecer a aliança operária e camponesa. É necessário denunciar a trégua e rejeitar a posição conciliadora da direção do PT.

Nacional

50ª Reunião do FMI

Mais uma vez a reunião do FMI serve para submeter os governos semicoloniais aos ditames do capital financeiro internacional. A imprensa brasileira destacou os elogios do FMI ao governo brasileiro. O Plano Real foi considerado uma solução feliz. De fato não poderia ser melhor para os credores. Estes estão recebendo uma fábula em juros e amortizações, pagos em dia.

Somente esse mês o tesouro nacional dispendeu 1,5 bilhões de dólares com serviços da dívida. Isso quando os estados e municípios se mostram falidos, a ponto do Mato Grosso copiar os argentinos no lançamento de bônus (papel) para o pagamento de salários atrasados do funcionalismo.

Os diretores do FMI não deixaram de "aconselhar" Pedro Malan a acelerar as privatizações. Esse, um pouco antes, num gesto de amizade com o imperialismo determinou que os títulos da dívida externa não sofrerão nenhum deságio (desvalorização), podendo ser aplicados no seu valor integral nas privatizações.

A subserviência da burguesia nacional e seu governo aos credores não tem limites. Impõe-se a luta antiimperialista da classe operária e demais explorados contra o governo entreguista de FHC.

Comitê Contra a Opressão Social e Política Comitê Solta Segundo Boletim

Tendo como título: "É Necessário Lutar Contra o Plano de Fome", convoca os trabalhadores assalariados para uma luta contra os reformistas e a burguesia que mantém o Plano Real.

Afirma que uma aliança entre burocratas sindicais, patrões e o governo caminha para jogar todo peso da crise econômica provocada pela própria burguesia (patrões) sobre os assalariados.

Que a burguesia tenta resolver a situação beneficiando-se, para isto aumenta o imposto dos trabalhadores, diminuindo o seu; acaba com os direitos sociais (aposentadoria, saúde, educação, moradia); inicia o processo de privatizações (entrega das empresas lucrativas do Estado para os patrões), utiliza a terceirização como forma de reduzir os custos, demite em massa etc.

Que diante deste plano violento as direções sindicais da CUT e da Força Sindical disputam entre si para ver quem vai obter maior apoio empresarial. Assim, ao mesmo tempo que o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (da CUT) propõe que os trabalhadores lutem setorialmente, agora procura não reivindicar aumentos reais, preferindo protestar para que o governo abaixe os juros, para que os patrões fiquem mais for-

tes e continuem a demitir os operários.

Por outro lado, a Força Sindical propõe que os jovens trabalhadores com menos de 18 anos e os trabalhadores acima de 45 anos fossem contratados como temporários, não tendo garantias de todos os direitos trabalhistas, nem registro em carteira.

O boletim termina mostrando a necessidade de organizar a união de todos os explorados da nação numa frente que tenha como método de luta a ação direta e que tenha um programa claro para enfrentar o desemprego e a miséria, imposta pelo capitalismo. Neste programa deve constar: 1)- a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais, sem redução do salário; 2)- elevação do salário mínimo para 1 000 reais; 3)- reposição de todas as perdas; 4)- reajuste automático de acordo com a inflação; 5)- formar em caráter de emergência frentes de trabalho em obras públicas, para dar emprego aos desempregados; 6)- expropriação do latifúndio e entrega das terras aos camponeses pobres; 7)- impor o controle operário da produção; 8)- lutar por um governo dos operários e dos camponeses, derrubando o governo da burguesia.



Burocracia desativa as Campanhas Salariais

Quando vai chegando os meses de setembro, outubro e novembro, o governo e a burguesia começam a se inquietar porque coincide a data-base de importantes setores assalariados. São os bancários, petroleiros, químicos, plásticos, têxteis, metalúrgicos (SP) etc.

No ano passado, em plena campanha presidencial, um surto grevista mostrou a força dos trabalhadores. Nesse ano, a burocracia sindical conseguiu barrar qualquer manifestação grevista, vinculada às campanhas salariais. Os bancários aceitaram prontamente as esmolas dos banqueiros. Nenhuma resistência foi esboçada. Os químicos e plásticos passaram despercebidos. Os Metalúrgicos de São Paulo nem é preciso falar.

Os petroleiros nada puderam fazer, porque a burocracia dirigida por Carlos Spis manobrou o tempo todo com a direção da Petrobrás para não decretar a greve. Desta vez, os burocratas dos petroleiros não quiseram nem saber de contar com a força dos operários. Socorreram-se de deputados para negociar com a Petrobrás e o Ministro de Minas e Energia. O resultado da negociação foi nulo. E tudo indica que a burocracia enterrará brevemente a campanha salarial.

Esse quadro de imobilismo coincide com a ofensiva de arrocho do Plano Real e de desemprego. Sabemos que o desemprego aterroriza os trabalhadores e amortece a disposição de luta. Porém, tais dificuldades não justificam a política do imobilismo. Esta sempre joga a favor do patronato. Não é por acaso que a direção sindical dos metalúrgicos do

ABC e de São Paulo tem feito tudo para evitar o levante dos metalúrgicos contra as demissões em massa. Não se pode dizer que não há disposição de resistência. A greve da Mercedes comprova a revolta dos trabalhadores. Acontece que a burocracia mantém desarmados os sindicatos diante das previsíveis demissões.

As propostas de solução das demissões apresentadas por São Bernardo e São Paulo mostram o compromisso dos burocratas com as multinacionais. No primeiro caso, Heguiberto admite reduzir os salários com a falsa pretensão de assegurar os empregos. No segundo, Paulinho sai em defesa da quebra dos direitos trabalhistas com a mesma conclusão. Vemos assim que, de conjunto, a burocracia sindical pratica uma política de colaboração com os exploradores, anulando os sindicatos e afastando da classe operária os seus métodos próprios de luta.

A vanguarda e a militância não podem confundir as dificuldades de mobilização dos próprios trabalhadores com a política imobilista e colaboracionista da burocracia sindical. Ao contrário, saímos em defesa das reivindicações elementares dos trabalhadores, como salário e emprego, e dizemos que sem luta unida os capitalistas nos esmagarão.

Demissões na Construção Civil

O sindicato da construção civil de São Paulo (SINDUSCON) divulgou que houve 32 mil demissões no setor em setembro. Nos dois últimos meses os

demitidos alcançaram a cifra de 54 mil. Desde janeiro foram cortadas 86 mil vagas. A construção civil tem 45% a menos de postos de trabalho tomado o nível de emprego em fevereiro de 1990.

A construção civil é uma atividade que utiliza muita mão de obra. A redução drástica de empregos nesse setor é a comprovação do avanço da crise capitalista, que se caracteriza por recessão e destruição de forças produtivas.

Em grande parte, a desativação se deve à queda de investimentos do Estado em obras públicas. São milhares de obras iniciadas e inacabadas. Todo tipo de corrupção ronda esse setor parasita do Estado.

De tudo isso, é importante que os operários atentem para o fato dos sindicatos da construção civil serem os mais esvaziados e burocratizados. Por isso, os patrões demitem a hora que bem entendem. A tarefa que se coloca é a de construir células do Partido Operário Revolucionário, que ajudem os operários a superar o atraso político e destruir a burocracia corrupta dos sindicatos.

Nacional



O gangsterismo no movimento sindical

É preciso libertar os sindicatos das direções corrompidas

A Força Sindical (FS) está dividida entre o grupo de Medeiros e de Alemão. O presidente do Sindicato Metalúrgico de São Paulo está com Medeiros. Em reunião, no começo de outubro, para se decidir sobre a convocação antecipada de um Congresso da FS, a polícia foi chamada para vistoriar os presentes e desarmá-los.

O grupo de Medeiros pretendia expulsar Alemão e este ao presidente do Sindicato Metalúrgico. A luta da camarilha corrompida acabou em acordo: ninguém expulsaria ninguém.

Dias antes da reunião, Alemão, que é Secretário Geral da FS, foi denunciado por ter recebido dinheiro do Serviço Nacional de Informação. A denúncia consta que o dinheiro veio do famoso Fundo Social de Emergência, que Fernan-

do H. Cardoso pretende prolongar por mais dois anos, reduzindo verbas da saúde, educação etc.

Medeiros e Paulinho, clinicamente, declararam que não imaginavam que Alemão pudesse receber dinheiro da polícia, se esquecendo que a Força Sindical foi financiada pela gang de Fernando Collor.

Tal denúncia é parte da luta aparelhada pelo comando da FS.

Alemão havia reunido seu grupo e decidido por antecipar o Congresso da FS, com o objetivo de tirar Medeiros da presidência.

Está aí mais um acontecimento envolvendo as quadrilhas que controlam inúmeros sindicatos tão importantes para o movimento operário, entre eles o Sindicato Metalúrgico de São Paulo.

A Força Sindical é o braço di-

reito dos capitalistas e do governo no interior do movimento sindical. É auxiliar do patronato na exploração dos trabalhadores. Desta forma, os burocratas inutilizam os Sindicatos como organismos independentes e de luta. Tornam-os apêndice da política governamental, que é de arrocho, desemprego e repressão à luta grevista.

A política revolucionária sabe distinguir os sindicatos de suas direções corrompidas, que os desmoralizam frente aos trabalhadores. A libertação dos Sindicatos dessas quadrilhas de burocratas é uma tarefa essencial para avançar a luta do proletariado em defesa de suas condições de vida e pela destruição do sistema capitalista de exploração do trabalho, que deve ser substituído pelo sistema socialista de produção.

Covas manobra para impor suas reformas

As direções sindicais, depois de darem uma trégua ao governo (até 15/10), receberam em troca a notícia da extensão da gratificação de 30% (que era restrita às escolas-padrão) a todos os professores e a sua incorporação ao salário-base. Para evitar a elevação do salário-base, os governadores oferecem abonos, gratificações para complementá-lo. Essa tem sido a política de todos. Covas não fugiu à regra. É bom lembrar que na greve do 1º semestre, o governador deu um complemento de piso para que o professor atingisse o salário mensal de 200 reais.

Diz o governo que a incorporação dos 30% deverá ser paga somente na folha de dezembro. Os 62 mil professores das escolas-padrão, que possuíam o RDPE (a tal gratificação) ficaram de fora, com o argumento de que já recebiam.

Covas se utilizou de uma aspiração da classe, que é a extensão das gratificações a todos e a sua incorporação, para amortecer os descontentamentos dos educadores. Se, de um

lado, incorpora a gratificação, de outro, não concede nenhum reajuste a curto prazo. O mais grave é que excluiu os funcionários de escola, que possuem mais gratificações do que salário-base.

A imprensa burguesa noticiou em grande destaque o índice de 30% para o magistério. Para os trabalhadores, que estão com seus salários também arrojados, essa concessão pode parecer um bom reajuste. O que na verdade é um engodo, pois um professor com 22 anos de magistério receberá 135 reais a mais no miserável salário-base de 452 reais. Isso para uma jornada de 40 horas semanais.

A concessão dos 30% tem um conteúdo claro: 1) Covas precisa acabar com a escola-padrão (projeto fracassado de Fleury); 2) Precisa impor a sua reforma de ensino, que tem como essência a ampliação da municipalização e das parcerias; 3) Necessita reduzir ao máximo os gastos com a educação (para isso demitirá 60 mil professores e fechará em torno de 600 escolas). Como se vê, a incorporação e a extensão da gratificação vêm no sentido de ganhar o apoio de uma parcela da classe para poder impor sua reforma privatista no ensino. Visa também contar com a colaboração, mais uma vez, das entidades de classe.

O fato da direção da Apeoesp não convocar assembléias, não mobilizar o professorado contra as demissões e o arrocho salarial e adotar a política de pressão através de abaixo-assinados só tem favorecido o avanço da reforma privatista do governo do

PSDB. De nada valeu a soma de mais de 150 mil assinaturas. A Secretária da Educação aproveitou a ocasião para reafirmar o conteúdo da nova reforma e para pedir mais paciência em relação às reivindicações salariais.

Não bastando a migalha dos 30%, Covas, logo em seguida, já começou a prevenir o funcionalismo de que não terá dinheiro para pagar o 13º salário. A política do governo do PSDB será a do arrocho salarial, das demissões e da privatização. Por isso, há que combater, com os métodos próprios dos explorados. As inócuas pressões parlamentares, abaixo-assinados, a simples denúncia da dívida do estado para com a educação de nada valem se os trabalhadores em educação não se organizarem para as grandes ações de rua, a greve, ocupações, bloqueios contra a política neoliberal do governo. Cabe aos educadores rechaçarem a conduta colaboracionista de suas direções e se oporem radicalmente às reformas privatistas. Devem se apoiar nas reivindicações vitais da classe e na defesa de um único sistema de ensino (luta contra o ensino privado), público, gratuita, laico e autônomo (financiado pelo estado, mas completamente independente dele).

A mobilização unitária é a via para enfrentar as reformas neoliberais. A unidade com os demais setores de explorados é o caminho para a construção de um movimento nacional contra as diretrizes antinacionais e antipopulares impostas por FHC, Covas e demais governadores.

AFUSE

A Burocracia não Consegue dar Respostas para o Plano de Municipalização do Governo Covas.

Há dois meses e meio do final do ano, com apenas uma reunião de representantes de escolas, com demissões de funcionários, salário-base de 22 reais, só agora a AFUSE orienta a reunião de representantes a discutir a municipalização (privatização de Covas). Durante quase um ano, a base dos funcionários de escolas tentaram buscar uma resposta efetiva para a proposta do governo Covas, mas a burocracia sindical entrou na conversa de que deveríamos dar um tempo para este se recuperassem das perdas do governo Fleury. A "recuperação" do Governo nos custou demissões, salários ainda mais arrojados e, agora, a divisão das escolas, que acaretará em mais desemprego.

As discussões também não passam de formalidades. A burocracia da AFUSE, como a de todos os sindicatos que seguem a orientação dos reformistas, dá apoio às "boas" medidas que apresentam os planos do governo. Portanto, essas discussões não se transformarão em luta concreta contra o governo.

Nesta reunião de *Representantes de Escolas*, deveremos reivindicar a convocação imediata de uma assembléia de todos os funcionários para podermos preparar uma resposta efetiva e de luta contra o governo. Para isto não podemos nos ater a reuniões dos *Conselho de Representantes (CRs)*, ou de *Representantes de Escolas (REs)*, mas de toda a categoria em assembléia.



Mais um ataque à educação:

Adotar escolas públicas?

Está previsto para o fim do ano que várias escolas particulares "adotarão" escolas públicas, de acordo com o plano governamental das parcerias. Como se vê, a idéia de adoção mostra a escola pública como órfã a ser cuidada pelo empresariado da educação.

Não há dúvida de que o governo e a burguesia decadente já não podem sustentar o ensino público e gratuito para as massas. A ninguém é desconhecido o descalabro do sistema estatal de ensino. E nos é bem conhecido a robustez do ensino particular, destinado aos filhos da burguesia e da classe média rica. Assim, a fabulosa idéia dos decreptos governantes de adoção da escola pública vem no sentido de promover os capitalistas da educação.

Observando bem o projeto, logo vemos que é a escola pública que adota os empresários.

O diretor da escola Ápice, Antonio C. de Souza, explica o magistral projeto. Diz: "A idéia é um colégio particular patrocinar uma escola pública que queira montar uma telesala de ensino supletivo".

Para essa beleza, se constituiu uma aliança do Grupo-Associação de Escolas Particulares, Federação da

Indústria e Comércio (FIESP) e Fundação Roberto Marinho. A Secretaria da Educação, como não poderia deixar de ser, faz parte desse ninho.

A intenção é de implantar o Telecurso 2000, um supletivo à distância, controlado pela rede Globo. Para não deixar dúvidas, os empresários confessam que apenas usarão as salas de aula, pois a instalação técnica ficará sob seu encargo. A Fiesp será o mecenas. Quanta bondade!

Esse tipo de "ação de graça" é próprio dos exploradores, que têm "amor aos pobres", que não podem ter acesso ao ensino regular e precisam do teleensino. A Rede Globo utilizará as instalações públicas e assegurará um bom dinheiro do Estado para seu Telecurso 2000. A Fiesp certamente também terá suas vantagens com o governo. Somente a sonegação e fraudes com o imposto de renda são suficientes para muitos Telecursos. E as escolas particulares terão um contrato assegurado com o governo e com a Globo. Não esqueçamos da Igreja. Essa controla uma boa parte dos colégios e se considera, por direito divino, a guardiã da educação. Haja verba pública para sustentar esse direito.

Os capitalistas não dão ponto sem

nó, afinal de contas é uma classe social que vive para explorar o trabalho alheio da maioria e acumular capital, para isso precisam sempre fazer bons negócios e lucrar.

Os trabalhadores da educação, estudantes e a população explorada devem rechaçar tal barbaridade. Ao contrário dessa excrecência de ensino à distância, de supletivos etc, defendemos a estatização de todo ensino particular, implantação do sistema único de ensino público, laico e gratuito, controle da educação pelos educandos e educadores, salário de acordo com as necessidades, salário mínimo real para que nenhuma criança fique fora da escola, emprego a todos através da redução da jornada de trabalho, amplo acesso aos livros e vinculação da escola à produção social.

Educação



Fortaleza - UECE

É preciso rechaçar a disputa de seitas

É impressionante como a disputa aparelhista e sectária das correntes de esquerda no interior do movimento estudantil se constitui num obstáculo para seu desenvolvimento organizativo e político. Referimo-nos à atitude do PSTU, Causa Operária e Avançar na Luta em relação ao ato estudantil de 04/10.

Este tinha como finalidade exigir do reitor da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do governo Tasso Jereissate a contratação de professores para vários cursos.

A situação da universidade estadual chegou a tal descalabro que não existem docentes para determinadas disciplinas. Esse absurdo é consequência da política privatista e de destruição da universidade pública.

A tentativa de mobilização dos estudantes através de assembleias indica uma tendência ao reanimamento do movimento estudantil, que passa por um difícil período de refluxo dado o bloqueio das velhas direções estalinistas e dos novos reformistas do PT.

Mas não é que o PSTU decide utilizar do movimento para colocar o problema da eleição do DCE, desviando o eixo da luta. Não é que a eleição não tenha importância. O problema está em sua utili-

zação como fator de imobilismo.

Já Causa Operária resolveu fazer da assembleia uma tribuna de bate-boca com o grupelho Avançar na Luta, vinculado a mal chamada "Liga Bolchevique Internacional" (LBI). Ocorre que essa LBI é uma cisão de Causa Operária.

Os dois grupelhos sem princípios acharam por bem dilucidar perante a assembleia um xingamento da LBI em relação a uma das militantes de CO considerada "prostituta política".

Essa gente não se envergonha de fazer dessa baixaria motivo de discussão numa assembleia que procura a via da luta, numa situação difícil do movimento estudantil.

O POR rejeitou tais condutas, defendendo estender o movimento para o conjunto da universidade, através de assembleias, e assinalando a perspectiva de ocupação da reitoria.

Esse movimento se inicia pela defesa da contratação de professores, funcionamento pleno do restaurante universitário e outras bandeiras, podendo assim se desenvolver no sentido da luta mais geral pelo ensino público e gratuito, autonomia universitária e unidade estudantil com os demais explorados em luta.

Movimento Socialista Independente pela Terra Sai o Nº 3 do Nossa Luta Pela terra

Movimento Operário



O novo boletim do Movimento traz a ida pela terceira vez, com mais de 13 ônibus, no dia 12/09/95, ao Palácio dos Bandeirantes para cobrar de Mario Covas a promessa de construção de casas populares para as famílias de baixo salário. Conseguiu que o Secretário garantisse por escrito o atendimento das reivindicações do Movimento.

Outra matéria foi da assembléia especial em comemoração ao aniversário do movimento do Campanário no dia 01/10/95 onde houve uma palestra sobre "A

crise do capitalismo no Brasil e no mundo", um balanço do movimento e ao final uma festa de confraternização.

Fala também da presença da equipe de habitação do governo na Assembléia do movimento do dia 18/09/95. Nela estavam presentes 1 200 pessoas para exigir do Sr. Rafael Pillegi a construção de casas populares, que prometeu a construção de um Conjunto Habitacional em Diadema. O Secretário do CDHU, Sr. Edson Marques, respondeu ao movimento que os apartamentos restantes que estavam sendo construídos serão entregues em dezembro.

Outra matéria mostra a discussão do orçamento realizada no dia 12/09/95, no Centro Cultural do Serraria, com a Prefeitura e o seu Pé-na-rua. O Movimento lotou o

plenário do centro cultural, ouviu o que o Sr. Filippi e seu bando tinham a dizer. Quando terminaram, uma companheira do Movimento pediu a palavra e disse com ironia que agradecia muito ao Prefeito por ele ter acabado com um sonho dela, que era a de ter um lugar para morar, quando o Sr. Filippi usou a tropa de choque para tirar o movimento da Prefeitura. O prefeito cabisbaixo, não conseguiu responder à companheira.

A reunião também serviu para demonstrar a farsa que é o Pé-na-rua: uma tentativa de enganar a população, dizendo que ela decide sobre a onde vai a verba do município, mas desperdiça o dinheiro com propaganda, com a construção de pracinhas e parquinhos, enquanto a saúde, o transporte e a habitação são abandonados.

A Carta de Princípios da Frente Revolucionária:

Um passo atrás, dois também

Saiu Revolução, revista da Frente Revolucionária (FR), que expressa as posições políticas dessa organização. Podemos caracterizar a FR como um agrupamento político heterogêneo, composto por elementos vindos de diversas organizações, que objetiva ser uma terceira via organizativa, diferenciada, ao mesmo tempo, de um partido político e de uma frente de massas. O ecletismo, falsa unidade de visões diferenciadas e antagônicas, é o que a caracteriza. Prova disso foi seu en-

contro nacional de junho, que contou, além de autodenominados marxistas, com anarquistas, pós-modernos e independentes de todos os gêneros. A T.POR quando trabalhou no interior da Frente procurou desenvolver a tática de unidade na ação e por uma plataforma de luta, opondo-se a idéia de construir uma espécie de partido através de somatória tão díspares. Não foi possível avançar devido a seu caráter aparelhista e diletante.

1. Uma Carta de Princípios sem princípios

Para o marxismo, os princípios, como a verdade, são sempre concretos, o que afasta qualquer tendência eclética ou desvios oportunistas. A FR, em sua "Carta de Princípios", não segue essa lição

elementar da ciência proletária.

A FR diz aderir ao "Manifesto Comunista de 1848 redigido por Marx e Engels, e defende-o como seu". E às resoluções dos Quatro Primeiros Congressos da Terceira Internacional, continuação necessária do Manifesto Comunista, adere ou não? E ao Programa de Transição da Quarta Internacional, dos blocheviques-leninistas, que rebate a contra-revolução estalinista, o oportunismo e o sectarismo, adere ou não?

Diz, também, "defender o marxismo e lutar pela superação dos dogmas que marcam sua vida nas últimas décadas", impostos pelos "reformistas, burocratas e oportunistas". No entanto, quais são esses dogmas? Pode existir um marxismo marcado pelo dogmatis-



mo? A ditadura do proletariado e o partido leninista serão dogmas para FR? E o revisionismo, por que não lutar contra ele também? Não são os revisionistas que negam o marxismo em nome do antidogmatismo?

Finalmente, a FR assume "todo pensamento revolucionário produzido e sistematizado pelo proletariado, e todas as culturas libertárias presentes nos movimentos revolucionários". Essa generalidade é o semeio do ecletismo, oposto ao marxismo. O marxismo não é a realização consciente do inconsciente processo histórico, que quer dizer, das tendências elementares e instintivas do proletariado em direção à destruição do capitalismo e construção de uma sociedade em bases comunistas? Muitos em nome do marxismo, como o estalinismo etc, não negaram esse pressuposto? Onde está a distinção entre os setores conscientes e os atrasados? E a pressão da ideologia burguesa sobre o proletariado? Quais os critérios para definir o que é "revolucionário" e "libertário"?

De fato, essas generalidades e outras ("defesa da revolução, do comunismo e do internacionalismo, independência de classe e combate ao reformismo etc") demonstram a total ausência de princípios norteadores da ação política na conjuntura atual da luta de classes. E revelam a falência do método do consenso, que tenta unificar posições divergentes (foquismo, anarquismo, estalinismo, centrismo, pós-modernismo etc) substituindo o método correto da crítica e auto-crítica. Trata-se da negação da tarefa de elaborar o programa da revolução proletária e estruturar o partido leninista.

2. Um Programa Anticientífico

O programa de uma organização revolucionária deve se pautar por uma visão científica, com caracterizações claras e objetivos estratégicos definidos. O que não é o caso do programa da FR, que se perde em caracterizações abstratas, objetivos estratégicos incon-

sistentes e respostas sectárias aos problemas concretos do proletariado.

Um exemplo de sectarismo: ao analisar a "burocratização dos sindicatos e outras organizações dos trabalhadores", a FR não vê o central do problema, a relação entre burocratização e direção política. Reduz o fenômeno a uma luta entre a "democracia proletária" e "burocratização", para se negar a tarefa de emancipar os sindicatos da direção corrompida. Não basta apenas procurar impor a democracia proletária nos "aparelhos" ou criar "organismos independentes", sem ligação com o programa da revolução proletária. Mas sim construir uma alternativa de direção política subordinada à estratégia da revolução e ditadura proletárias, que se coloque em sintonia com o instinto de luta das massas.

A solução ultimata da FR à burocratização, produto da direção reformista (PT, PCdoB) e da capitulação "centrista" (PSTU, Causa Operária), é construir uma organização de tipo soviético, "nova organização de luta em nível nacional", "no sentido da conformação de duplo poder". No fundo, a velha tese "esquerdista", que nunca deu certo historicamente, de não disputar a direção das massas com o reformismo. Ela não tem nada a ver com a tarefa estratégica de construção do duplo poder.

O programa da FR não se manifesta pela estratégia da revolução e ditadura proletárias, não evoluindo, portanto, para o governo operário e camponês. Propõe um "governo revolucionário do proletariado" e dos demais explorados da cidade e do campo", que não revela a dinâmica das classes essenciais para a revolução brasileira.

Nas questões internacionais omitem caracterizações importantíssimas para a compreensão da realidade mundial. Registra a "crise das burocracias no Leste Europeu e ex-URSS", mas não os identifica como Estados Operários Deformados pelo estalinismo, defendendo, assim, as conquistas sociais do proletariado (estatização dos meios de produção, monopólio

do comércio externo, pleno emprego, planejamento etc). Em Cuba chama os trabalhadores ao levante, sem tocar no essencial, a revolução política e a construção de um partido revolucionário.

A FR defende uma "sólida e ampla organização revolucionária do proletariado", sem definir seus limites programáticos nem dizer se seria o partido mundial da revolução ou uma frente de correntes de esquerda.

3. Aonde leva tudo isso?

Apesar de contar com inúmeros companheiros revolucionários, mantidas as orientações da "Carta de Princípios" e do "Programa", a FR não superará as bases políticas do oportunismo político e do revisionismo teórico.

Aliás, prova disso, é a total ausência, nos dois documentos, de uma posição, contra ou a favor, da forma de organização superior do proletariado, o partido político, e de uma crítica contundente ao estalinismo, a social-democracia e ao "centrismo". O que demonstra, no mínimo, falta de consenso sobre pontos cruciais da revolução proletária.

Diante disso, a T.POR, não pode deixar de dirigir à FR uma crítica franca e fraterna. Pois a superação da crise de direção passa pelo combate a todo tipo de ecletismo teórico e centrismo. Sem isso, a vanguarda proletária não estará pronta para as tarefas históricas de destruição do capitalismo.



Ainda sobre a difamação contra a T.POR

Agora é a vez dos imitadores de Causa Operária

Depois de Causa Operária acusar infamemente a T.POR de não responsabilizar o PT pela chacina de Corumbiara, é a vez da Liga Bolchevique Internacionalista (LBI) seguir a mesma trilha da difamação. Para quem não sabe, a LBI é uma cisão de Causa Operária (CO). Por seu método de falsificação, logo se vê que é farinha do mesmo saco.

CO pretendeu passar a idéia de que nós teríamos acobertado a chacina. Fato esse que nem mesmo a imprensa burguesa procurou esconder. Em nossa resposta, no Massas 96, indagamos "por que CO precisa usar de um expediente tão baixo?" Na resposta, mostramos que essa seita apoiou o PT e a Frente Popular nas eleições e agora precisa se livrar da responsabilidade acusando incorretamente a T.POR, que os criticou por se adaptarem às pressões eleitorais do reformismo.

Voltamos a citar uma passagem de CO sobre o problema: "O silêncio de todos em relação a esta questão é a tentativa de encobrir o fato do PT ultrapassar a fronteira que divide os explorados e os exploradores em luta. Não se trata de um problema teórico, mas de que no momento em que o governo Raupp massacrava nossos companheiros e suas famílias, o PT encontrava-se ao lado dos massacradores, integrando seu governo e chamando os explorados a confiar nele e apoiá-lo". Essa formulação procura dar a idéia de que só agora o PT ultrapassou a fronteira que divide os explorados e exploradores. Está aí a utilização da responsabilidade do PT no massacre de Corumbiara para se acobertar os crimes anteriores dos reformistas e o apoio que CO, PSTU etc continuaram dando a esse partido.

Para se passar para o lado dos exploradores não é preciso que se realize ou se comprometa com massacres. O derramamento

de sangue apenas indica até que ponto o reformismo está integrado à ditadura de classe da burguesia. Antes de Corumbiara, Erundina reprimiu duramente os condutores grevistas. E CO fez verdadeira campanha interna ao PT pela candidatura de esquerda de Erundina contra a de Plínio Arruda Sampaio. O próprio Lula trabalhou abertamente contra o movimento grevista e procurou se conciliar com o grande capital. O PT contraiu alianças com partidos dos exploradores.

Mas se Causa Operária acha que precisa de derramamento de sangue para dizer que o PT passou para o lado da burguesia, temos um precedente. Na repressão à Vila Socialista, muito bem conhecido por CO porque estava rondando por perto dos acontecimentos, a polícia assassinou também trabalhadores. Quem era o prefeito de Diadema? Era justamente o PT. Quem apoiou logisticamente as tropas, dando alimentos, transporte etc? Foi o prefeito José Augusto. Não houve aliança do PT com Fluery contra os sem-teto? Não foi esse mesmo canalha do PT que chamou a polícia para desalojar violentamente a ocupação do Buraco do Gazuza?

Mas voltamos à Vila Socialista. Lá houve resistência elementar dos ocupantes. As duas mortes e mutilação de dois outros lutadores não se configuraram em massacre? Caso haja resistência e o poder burguês com todo seu aparato mata trabalhadores não é chacina?

Pois bem, CO deve responder se o PT esteve ou não comprometido com a morte de nossos companheiros na Vila Socialista. Se considera que sim, então deve também explicar porque é que continuou a apoiar eleitoralmente os reformistas. CO deve nos dizer se antes de Corumbiara o PT tinha ou não passado para o lado da burguesia com armas e bagagem. Se sim, então tem de nos dizer porque continuou apoiando o PT nas eleições. Co deve nos dizer se o massacre da Vila Socialista é uma questão teórica ou não.

Retomamos a crítica a CO, porque a LBI não faz mais do que seguir suas pegadas. É a sujeira sobre a sujeira. Os imundos querem dar a idéia de que a denúncia

da T.POR contra os reformistas é lamentação. E chegam ao ponto de fraudar uma afirmação do Massas 96 para dizer que estamos convocando o PT e Raupp para integrar um tribunal popular.

Tomam a seguinte citação: "Convocamos todas as correntes que condenaram a chacina, o governo Raupp e o próprio PT a se colocarem ativamente pelo tribunal popular. A exigirem a condenação efetiva dos responsáveis e a travarem a luta contra o capitalismo".

Os imitadores de CO, os novos cacatuas, leram nesse enunciado que o POR estaria convocando o PT e o Raupp a constituírem o tribunal popular. A cegueira ideológica torna as seitas analfabetas.

A citação convoca as correntes que condenaram a chacina, condenaram o governo Raupp e o próprio PT. A LBI é um grupo de universitários que revela dupla face da ignorância: o analfabetismo dos "cultos" e o analfabetismo político das seitas.

Antes dessa citação, o artigo diz: "Nossa conduta é de revelar aos trabalhadores a raiz da chacina, ou seja, o domínio capitalista da propriedade dos meios de produção, que inclui as terras, o regime de exploração do trabalho e a presença da ditadura da burguesia através do Estado. Eis porque levantamos a bandeira de constituição de um tribunal popular, constituído por representantes de fábrica eleitos, do movimento camponês e outros setores de trabalhadores. Somente assim poderemos levantar um movimento pelo julgamento dos criminosos e de responsabilização dos governos, incluindo a posição coligada do PT no governo Raupp".

Alguém de sã consciência poderia ler que a T.POR está convocando o PT e Raupp para constituir o tribunal popular? Somente uma mente obtusa e doentia pode chegar a tal conclusão.

O grave de tudo isso é que CO e LBI, que se auto-intitulam os únicos opositores à chacina, se negam a defender a constituição do tribunal popular. Sem essa arma as denúncias contra o PT, Raupp etc tornam-se inócuas.

Porque os Tribunais Populares

A luta contra a corrupção burguesa e a repressão só pode ser levada adiante pelas massas mobilizadas. Não para apoiar as manobras parlamentares ou a revisão constitucional. As massas devem fazer o julgamento da burguesia corrupta e criminosa. Inicialmente através na luta pelas suas reivindicações mais elementares, contra o ataque da política ditada pelo imperialismo. Após o que as organizações de massas criadas através desta luta direta poderão avançar para a formação dos tribunais populares, que poderão julgar os massacradores e os corruptos de verdade, porque não estarão comprometidos com as instituições burguesas. E poderão mostrar às massas a necessidade da derrubada da burguesia do poder e de construir o próprio poder dos explorados, a ditadura do proletariado.

Por isto os Tribunais Populares não são uma caricatura como os reformistas fazem de júris simulados. Não, devem ser formados através das fábricas, bairros operários, campo, escolas e outros locais de trabalho. Através de assembléias dos movimentos se devem discutir a corrupção e seu vínculo com o domínio burguês do Estado. Estabelecendo a relação entre a corrupção, a exploração do trabalho, a política econômica antinacional e a miséria das massas. É por esta razão que somente os explorados podem convocá-lo



Os Primeiros Trotskistas no Brasil - VIII

Vimos no número anterior como o PCB seguiu uma linha sectária, síntese de três concepções táticas: a) a tática estalinista do "Terceiro Período"; b) os resquícios da linha golpista pequeno-burguesa do prestismo que estava bem infiltrada no partido; c) a linha capituladora perante a burguesia nacional da Frente Popular que por sua vez era a extensão possível para as duas outras. É a luta contra esta política que veremos a seguir

A Luta Contra a Nova Guinada Estalinista

"A Luta de Classe"; Órgão Central da Liga Comunista Internacionalista (LCI), grupo trotskista dirigido por Mario Pedrosa; que em seu artigo "A Luta Contra o Imperialismo", de abril de 1936, criticou a ação do PCB no período, perguntando como poderia a luta contra o imperialismo ser levada a cabo sem se lutar contra a burguesia mostrando como a política estalinista tinha levado "ao golpe e a atual repressão".

Os trotskistas Aristides Lobo, Hilcar Leite, João Mateus e Vitor Azevedo foram presos logo após o putsch de 35. Fúlvio Abramo e João da Costa Pimenta, presos dias depois, ficaram na mesma seção do Maria Zélia. Foi exatamente neste momento que os trotskistas, expulsos antes de 30 do PCB (que formaram a *Oposição de Esquerda* brasileira), se encontram na prisão com os comunistas expulsos por serem contra a política aventureira do putsch. No navio-prisão "Pedro I", Pais Leme, Plínio de Melo, Raúl Karacik encontraram-se com Gikovate e Barreto Leite. Iniciaram uma discussão sobre a política do PCB e, como conclusão, redigiram 3 manuscritos de auto-crítica do movimento comunista. Fora da prisão, Mario Pedrosa expôs em "A Luta de Classe", como o "aliancismo estalinista" (refere-se à política de frente popular radical esboçada pela *Aliança Nacional Libertadora*, ANL, frente entre o PCB e alguns membros do movimento tenentista, que procuravam chegar ao poder pela tentativa de golpe de 35), orientado por Prestes, voltou suas costas para o proletário na tentativa de conseguir aliados para o putsch militar". E de como "com a base proletária rejeitada e alienada, o putsch fora rapidamente esmagado" ("A Luta de Classe" nº 28, abril de 1936), mostrando assim como a LCI pôde, pela análise correta da situação, fazer críticas concretas ao estalinismo e captar os descontentamentos em seu interior.

Em junho de 1936, o Congresso Nacional prorrogou o *Estado de Guerra* por 90 dias, liberando a criação de tribunais especiais para julgar os "casos de subversão" e colônias agrícolas

onde se cumpririam as penas. Assim, em setembro foi criado o *Tribunal de Segurança Nacional* (TSN), *Órgão da Justiça Militar*, que existiria enquanto durasse o *Estado de Guerra*, e até que fossem julgados todos os casos de "subversão", sendo tribunais de exceção.

No Rio, os prisioneiros formaram sua própria "Comissão de Justiça" para estudar o funcionamento do TSN e concluíram pelo boicote total. Não teriam absolutamente nenhum contato com o Tribunal e divulgariam ao máximo esta decisão. Já Barreto Leite se colocou contra o boicote, pois para ele a manobra só daria resultado se fosse apoiado por um movimento de massas, e, dadas as condições de repressão, dificilmente se poderia contar com tal movimento. Discutindo com Gikovate e Plínio de Melo, decidiram se opor ao boicote.

Em São Paulo houve uma resistência à implantação do boicote, agravada pela inépcia dos membros da direção do PCB, que não foram presos, em colocar o problema.

Os juízes do TSN começaram a chamar, para serem ouvidos, os prisioneiros, em janeiro de 1937. Mas estes se recusaram a se apresentar. Começaram então a trazê-los à força para a sala de depoimentos, mas estes continuaram a não responder às perguntas dos juízes. Esta resistência ao TSN causou admiração entre os presos de São Paulo, que escreveram uma "Proclamação aos Prisioneiros do Rio", mostrando "o formidável entusiasmo que aos presos de São Paulo causaram os primeiros atos concretos de luta contra os tribunais infames".

Do putsch até meados de 1936, o PCB manteve a mesma linha política de formar um "governo popular" através da imediata insurgência das massas. Foi neste momento que Bangu chegou a São Paulo, onde, com a ajuda do Comitê Regional-SP, liderado por Sacchetta, organizou o Secretariado Nacional.

A Virada à Direita do Estalinismo

No segundo semestre de 1936, "A Classe Operária". Órgão Central do PCB, mudou sua campanha por um governo popular e se fixou numa campanha pelo restabelecimento da "democracia burguesa". Alegando que

esta tarefa não poderia ser levada a cabo por um golpe limitado e que "o terrorismo foi instrumento de integralistas e trotskistas" e que não entenderiam a questão das alianças de classe.

Abóbora, no início de 1937, chegou a Moscou e se encontrou com Brandão. De suas conversas, foi desenvolvida a linha de uma Frente Única contra os trustes imperialistas, revivendo a forma organizativa da ANL ("*Frente Única pela Democracia*"), devendo atrair as massas e tirar da cabeça a idéia de putschs; seguindo desta forma a tese das Frentes Populares.

No Brasil, o PCB não esperou a volta de Abóbora para implementar sua guinada à direita. Uma nota do Bureau Político afirmou que "o partido não visa a destruir as instituições democráticas estabelecidas na constituição. Ao contrário, defendendo os interesses do proletariado e do povo, lutamos e lutaremos pelo respeito e aplicação da Constituição Brasileira, único caminho para salvar a nossa grande Pátria da invasão fascista" ("Os fascistas querem transformar o Brasil numa segunda Espanha", março de 1937).

É diante desta guinada à direita do PCB, que se se preparará para as eleições, que deveriam ocorrer em 3 de outubro. Veremos no artigo do próximo número como o PCB se comportou nesta eleição e qual a crítica trotskista.

Movimento Operário



Uma Nova Disputa Eleitoral de Caráter Oportunista e Eleitoreira

Há três meses a frente era MAS/PTS, agora MAS/PO e o PTS ficou de fora; anteriormente foi PO/MST. O caráter comum destas frentes, seus acordos e desacordos, é o desprezo pelo programa, justamente em nome da "importância do programa".

O PTS pergunta ao MAS: *"Como vocês entendem a participação nas eleições burguesas e a utilização da tribuna eleitoral se não é para agitar e propagandear um programa revolucionário, operário e socialista, no sentido proposto por Lenin e pela III Internacional?"*

Qualquer um que recorde da propaganda que fizeram, nas eleições de maio, sabe que não foi agitação e propaganda do programa revolucionário e sim algumas reivindicações democráticas e econômicas totalmente desvinculadas da estratégia proletária. Este é o caráter de seu trabalho de massas.

Os acordos a portas fechadas, de cúpulas, é o que sempre fazem (não porque fecharam as portas ao PTS outra vez). O debate está sempre fechado para a vanguarda e para as massas, revelando que respondem a interesses alheios à classe. As frentes se fazem e desfazem com toda facilidade, se tornam públicas quando já estão "costuradas" e nem a base de seus partidos tomam parte do debate, do que é que se negocia. Os mesmo que dizem criticar o segredo da diplomacia burguesa os fazem na prática, para esconder seus

verdadeiros fins. Como se dividem os candidatos, o gasto e o resultado econômicos, são estes os debates de princípios.

Faz todavia um mês que o PTS seguia reivindicando o "acordo de princípios, o FOS", (nome da frente eleitoral com o MAS). Quais são os princípios para os "trotskistas"?

Para o PTS é a posição frente ao Foro de São Paulo, o EZLN, Bosnia "o ponto que separa e une os trotskistas na guerra da Bosnia, o alinhamento incondicional no campo militar dos bósnios muçulmanos e a conseqüente exigência de armas aos muçulmanos ...", para o PTS basta para definir um programa trotskistas estes pontos e do reclamo da unidade dos "trotskistas".

Para os trotskistas, a intervenção nestas eleições é para propagandear a estratégia do proletariado, sua revolução e ditadura, a denúncia do caráter de classe da democracia, do Estado, do parlamento, da condição de nação oprimida da Argentina e da necessidade de se implantar uma Frente Antiimperialista sob esta estratégia. Daqui se desprendem as questões táticas, as consignas que correspondem formular em cada momento. Isto, que parece elementar, esta ausente de toda a propaganda das organizações que, abusivamente, se reclamam do trotskismo, desvirtuando-o.

É uma barbaridade colocar como questão central na ex-Iugoslávia o reclamo de armas para os bósnios muçulmanos, omitindo o reclamo principal de expulsar o imperialismo, a todas as suas frações, de toda a região, para poder impor a autodeterminação das nações.

(extraído do Jornal Masas Órgão do Comitê Construtor do POR Argentino nº99 de 13/09/95)

França

Trabalhadores no caminho da luta

O governo francês decidiu congelar os salários do funcionalismo público até o final de 1996. A resposta foi uma greve geral dos funcionários, que paralisou mais 70% das atividades. Em manifestação em Paris, cerca de 60 mil trabalhadores ganharam as ruas. Em todo o país as manifestações congregaram 250 mil funcionários. A paralisação de 90% dos transportes terrestres projetou a greve para toda a população. Mas não foi só isso. Escolas, hospitais, correios, energia etc foram paralisados.

O congelamento dos salários é uma medida do governo que descarrega a crise do Estado sobre os assalariados. A gigantesca manifestação contra tal medida mostra a tendência da agudização da luta de classes nos países imperialistas.

Já chegou!

Revista Revolução Proletária

nº 6



A restauração capitalista em Cuba

Fora com o Papa imperialista!

Fidel Castro, ao ter se submetido ao estalinismo, passou a fazer parte da restauração capitalista. O mesmo se passa com a China, Vietnam etc. O estalinismo é a negação do internacionalismo proletário, ou seja, a negação da revolução mundial como única possibilidade de triunfo do comunismo nos países em que a burguesia foi expropriada, como no próprio caso de Cuba.

O castrismo depois do fracasso de sua política foquista para a América Latina se descambou para a aliança com os governos burgueses denominados "não-alinhados". Ambas as diretrizes isolaram Cuba do proletariado internacional e demais explorados.

Com o desmoronamento da ex-União Soviética e Leste Europeu, Cuba se viu na contingência de seguir os mesmos passos de reestruturação da propriedade privada dos meios de produção. Os aficionados de Castro acreditam que se trata apenas de uma manobra passageira, dada as circunstâncias do bloqueio econômico do imperialismo e isolamento da ilha devido à desintegração da ex-União Soviética.

Fechar os olhos para a realidade é a pior maneira para se defender a revolução cubana. Ou melhor, é uma forma de auxílio à contra-revolução imperialista.

A reforma fiscal, a liberação do mercado para os produtos agrícolas, a legalização da posse do dólar pela população em detrimento da moeda nacional e a lei de proteção à penetração do capital financeiro internacional na economia cubana, tudo isso mostra a via de destruição das conquistas. Basta ver que o capital estrangeiro poderá ser dono de 100% dos negócios. E fica autorizada a criação de zonas francas, no estilo da restauração chinesa. Tais mudanças não salvarão Cuba da falência econômica e financeira, mas terão a função de recompor as relações capitalistas de produção.

É importante compreender como o imperialismo age para destruir a revolução e como a burocracia de Fidel cede. Os Estados Unidos impõem o bloqueio. A ex-União Soviética rompe os acordos econômicos com Cuba e a Igreja trabalha nos bastidores a queda do sistema social originado da revolução. Aos poucos vêm aparecendo à luz do dia a diplomacia secreta do Vaticano com Castro.

A ascensão dos restauracionistas na Polônia (Lech Walesa) teve por alavanca a Igreja. Em Cuba, a revolução desintegrou esse poder da reação. Por não se constituir numa força interna, as pressões secretas através do aparelho do Estado são feitas pelos agentes do Vaticano.

O Papa aparece como um negociador internacional para o desbloqueio norte-americano, exigindo de Cuba em troca os mesmos objetivos do imperialismo. A pressão da Igreja para que as reformas combinem socialismo com capitalismo é um arma da restauração imperialista.

A classe operária internacional deve rechaçar todas essas manobras de cúpula do Vaticano com Castro e se colocar pela defesa da revolução de 59, ou seja, da propriedade estatal dos meios de produção expropriados da burguesia. Somente o desenvolvimento revolucionário dos explorados poderá defender Cuba e criar as condições para a revolução política, que extirpe a burocracia restauracionista de Castro e estabeleça a ditadura do proletariado.

Internacional



Oriente Médio:

Liberdade incondicional para os presos palestinos

Liberdade imediata de Lamia

O acordo entre o governo de Israel e a OLP de Arafat pressupõe a libertação de centenas de palestinos. O governo israelense tem libertado uma parcela, exigindo um termo de compromisso de não travar a luta armada. A brasileira Lamia Maruf Hassan cumpre a prisão perpétua acusada de assassinato de um soldado israelense. As autoridades não admitem nesse caso a libertação.

Num ato de grandeza política, 22 prisioneiras que seriam libertadas se negaram sair da prisão, defendendo a libertação a Lamia e outras três detentas na mesma condição. Israel é um Estado imposto no Oriente Médio pelo imperialismo e exerce o terror contra as massas palestinas. Os trabalhadores do mundo inteiro devem exigir a libertação incondicional de todos os presos palestinos.

Governo se curva aos ditames do imperialismo

A Venezuela sempre foi tida como modelo da democracia e da estabilidade frente às constantes crises e golpes militares nos demais países da América Latina.

Tudo isso virou no seu contrário. Bastou que as bonanças do petróleo acabassem para que mostrasse sua verdadeira situação de país semicolonial falido.

No início de 90, a tormenta tomava conta total dos venezuelanos. Recém-eleito, André Peres, um social-democrata, correligionário de Brizola na II Internacional, enfrentou um levante em Caracas, contido depois de uma violenta repressão militar, que deixou 300 mortos. E por quê? Porque Peres aplicou um pacote do FMI, insuportável para os trabalhadores, já famintos.

Daí em diante, a crise econômica e política não fez senão se aprofundar. O lendário Peres se mostrou um genocida e um vulgar corrupto, sendo afastado do poder por uma espécie de impeachment.

O governo atual enfrenta uma crise do

sistema financeiro sem precedentes. Já gastou bilhões de dólares dos cofres públicos para salvar banqueiros.

Na 50ª Conferência do FMI, a Venezuela se comportou como um carneirinho. Assinou um novo empréstimo para injetar no sistema financeiro e, em contrapartida, se comprometeu a aplicar as contundentes e conhecidas fórmulas neoliberais do imperialismo.

Em resposta ao descalabro da educação, professores e estudantes realizaram uma manifestação de dez mil, exigindo verbas para o ensino. A atitude do governo foi colocar as tropas nas ruas e golpear duramente os manifestantes.

Ninguém mais fala na Venezuela como espelho da democracia burguesa. O país semicolonial se afunda cada vez mais sob o saque do imperialismo, do parasitismo financeiro, da corrupção e do atraso histórico.

O proletariado e camponeses pobres deverão tomar a frente das lutas e estabelecer o governo operário e camponês. Para isso, a classe operária terá de armar-se de um partido operário revolucionário internacionalista.

Internacional



De onde vem a miséria na América Latina?

Foi realizado em Manchester (Estados Unidos) um seminário universitário denominado "Pobreza na América Latina". Os intelectuais acadêmicos demonstraram que em 1990 cerca de 46% dos latino-americanos viviam abaixo da linha da pobreza absoluta. Chegaram à conclusão "que hoje há mais pobres latino-americanos do que havia em 1970". No prazo de 20 anos (1970-1990), cresceu o número de miseráveis em 76 milhões. O Brasil, Argentina, Chile e Peru se destacam na proliferação de indigentes.

Finalmente, os intelectuais assinaram um documento denominado "Consenso de Notre-Dame" em que exortam "a reforma geral do Estado Latino-Americano". A demagogia desses "cientistas sociais" é total. A desgraça das massas serve de sarau acadêmico.

A pobreza e a miséria não poderão ser solucionadas através de nenhuma reforma do capitalismo decadente, que se expressa na América Latina sob a forma semicolonial. A revolução proletária será a única forma de destruir a exploração das multinacionais, dos banqueiros e latifundiários, que sacrificam a vida de milhões. Para isso, construímos o Partido Operário Revolucionário.

Obras Completas de Guillermo Lora

Já foram publicados os 6 primeiros volumes, sendo que já os temos no Brasil.

A obra trata do desenvolvimento do movimento operário boliviano e internacional e da construção do partido revolucionário, desde a década de 40, e chegará até os dias de hoje.

A assimilação crítica da experiência do POR boliviano é ferramenta indispensável para a construção do POR nos outros países.

Adquira com o distribuidor deste jornal.

Adquira os materiais da Corrente Proletária na Educação:



Análise Crítica da LDB